

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

A CRISE NA ERA DA DESTRUIÇÃO PREDATÓRIA

Francisco José Soares Teixeira

Prof. de Economia Política (UECE/UNIFOR)

Resumo

O texto busca fundar a teoria da crise nos argumentos do próprio Marx para remetê-la aos problemas do mundo contemporâneo. Demonstra como Marx foi capaz de abstrair da forma de produção de mercadorias por ele vivenciada – a grande indústria – as leis do processo de acumulação e crise do capital que continuam válidas até hoje. Portanto o processo de acumulação de riqueza tende sempre a gerar uma população excedente (o desemprego estrutural), a concentração e centralização da riqueza. As crises assumem uma forma muito mais universal e devastadora de maneira tal que hoje há claros traços de senilidade do sistema do capital como um todo. Desta forma, o tipo de crise que se vivencia hoje tem sempre uma natureza global e seus impactos são, também, de ordem planetária o que coloca a necessidade de transformações estruturais em salvaguarda da própria humanidade.

Palavras-chave: Acumulação capitalista; Crise; contradições.

INTRODUÇÃO

1. MARX: UM PENSADOR ATUAL?

Não é preciso muito esforço intelectual para afirmar que Marx continua sendo um autor importante, referência obrigatória para se pensar os acontecimentos históricos do presente. Mas, não é assim que pensam, por exemplo, os arautos da globalização, para quem o capitalismo de hoje não guarda mais nenhuma relação com aquele analisado nas páginas de **O Capital**. Ora, esses pregoeiros da globalização esquecem, ou não sabem, que a mercadoria é um objeto em si e para si cosmopolita, como assim diz Marx em seus apontamentos econômicos dos anos de 1857/58 (*Grundrisse*). Literalmente:

Assim como o dinheiro se transforma em dinheiro mundial, o possuidor de mercadorias torna-se cosmopolita. A mercadoria em si e para si é superior a qualquer barreira religiosa, política, nacional e linguística. Sua língua universal é o preço e sua

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

comunidade é o dinheiro. Mas com o desenvolvimento do dinheiro universal em oposição à moeda nacional, o cosmopolitismo do possuidor de mercadoria transforma-se em credo da razão prática em oposição aos preconceitos tradicionais, religiosos e nacionais e outros que entravam o metabolismo da humanidade. Como o mesmo ouro, que chega na Inglaterra sob a forma de “*eagles americanas*”, e aí se converte em soberano, três dias depois circula em Paris como napoleões, e ao cabo de algumas semanas encontra-se sob a forma de ducados em Veneza (...), fica claro ao possuidor de mercadorias que a nacionalidade *is but the guinea's stamp*. A ideia sublime que o possuidor de mercadorias tem do mundo inteiro é a ideia de um mercado - do mercado mundial.

Nesta passagem, as palavras de Marx ecoam no presente com mais força e atualidade do que na época em que foram escritas. De fato, a concepção que o possuidor de mercadorias tem do mundo, hoje, é a mesma dos seus antepassados. Como seus consortes de outrora, a ideia que ele tem de nação nada mais é do que moedas vestidas com uniformes nacionais, prontas a se desfazerem deles em cada transação comercial, que envolva países de nacionalidades diferentes. O capital não tem pátria; sua comunidade é o dinheiro, independentemente da cor em que é estampado.

Para decepção dos defensores da globalização, Marx e Engels, no *Manifesto Comunista*, já diziam, em 1848, que o capital criou o mercado mundial, pois a burguesia só pode se afirmar como classe dominante na medida em que

imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas, sim, matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo . Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolve-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e a unilateralidade nacionais tornaram-se cada vez mais impossíveis; das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Mas é na análise sobre a natureza das crises do sistema que Marx mostra mais uma vez a atualidade de seu pensamento. Numa passagem de *O Capital*, deixou para as gerações futuras a seguinte lição:

Num sistema de produção em que toda a conexão do processo de reprodução repousa sobre o crédito, quando então o crédito subitamente cessa e passa a apenas a valer pagamento em espécie, tem de sobrevir evidentemente uma crise, uma corrida violenta aos meios de pagamento. À primeira vista, a crise toda se apresenta, portanto, apenas como uma crise de crédito e crise monetária. E de fato trata-se apenas da conversibilidade das letras em dinheiro. Mas essas letras representam em sua maioria compras e vendas reais, cuja extensão, que ultrapassa de longe as necessidades sociais, está, em última instância, na base de toda crise. Ao lado disso, entretanto, uma enorme quantidade dessas letras representa negócios meramente fraudulentos que agora vem à luz do dia e estouram; além de especulação feita com capital alheio, mas fracassadas; e, finalmente, capitais-mercadorias desvalorizados ou até invendáveis (...). Todo esse sistema artificial de expansão forçada do processo de reprodução não pode naturalmente ser curado pelo fato de um banco, por exemplo, o Banco da Inglaterra, dar a todos os caloteiros, em seu papel, o capital que lhes falta e comprar todas as mercadorias desvalorizadas a seus antigos valores nominais. De resto, tudo aparece aqui invertido, pois nesse mundo de papel o preço real e seus momentos reais nunca aparecem, mas apenas barras, dinheiro metálico, notas, letras de câmbio e papeis de crédito. Essa inversão aparece, sobretudo, nos centros em que se concentram todo o negócio monetário do país, como Londres; todo o processo se torna incompreensível; já menos, nos centros de produção.

Essas três citações, extraídas do *Manifesto Comunista*, de 1848, dos *Grundrisse* (1857/58) e de *O Capital*, são provas incontestáveis da sua atualidade. Mas, é preciso acrescentar que uma coisa é pinçar trechos da obra de um pensador para demonstrar sua atualidade; outra, bem diversa, é saber se o conjunto de seu sistema teórico continua atual, principalmente, quando se trata de um objeto histórico, cujo desenvolvimento só se completa quando esse mesmo objeto cessa de se tornar o que ele mesmo é.¹ Nesse sentido, conviria perguntar a Marx se o capitalismo de sua época já havia desenvolvido todas as suas potencialidades. Certamente sua resposta seria negativa. Prova disso são as especulações que desenvolve em seus apontamentos econômicos de 1857/58 sobre o futuro do sistema produtor de mercadorias. Nessa obra, em várias passagens, deixa claro que a progressiva mecanização

¹ Referindo-se à natureza comunitária do ser humano, Aristóteles afirma que ela existe naturalmente em todos os homens e que os impulsiona para viver comunitariamente. Não se trata de um impulso acidental, mas, sim, de uma força que somente se esgota quando se consome plenamente. Assim, quando a coisa cessar de se tornar o que ela mesma é, todas suas potencialidades tornam-se ato. Cf. ARISTÓTELES, (1977, p. 15 e seguintes).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

do processo de trabalho poderia transformar a ciência numa força produtiva mais importante do que o próprio consumo do trabalho imediato empregado na produção da riqueza. Com efeito, diz ele, na medida em que avançasse o capitalismo, a produção da riqueza deveria se tornar cada vez

menos dependente do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregados, do que do poder dos agentes [materiais] que são postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que, por sua vez (...), não guarda mais nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa a sua produção (...).

Nesse contexto, enfatiza que a produção da riqueza passaria a depender, antes,

do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação da ciência à produção (...). A riqueza efetiva se manifesta – e isto a grande indústria revela – numa enorme desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, assim como na desproporção qualitativa entre o trabalho, reduzido a uma pura abstração, e o poder do processo de produção que ele [trabalhador] vigia (...).²

É o próprio Marx, portanto, quem antecipa, especulativamente, as transformações por que deveria passar o sistema em seu desenvolvimento, caso a grande indústria não fosse superada pela forma socialista de produção. Obviamente, tais prospecções não são obra da sua imaginação. Pelo contrário, para Marx, tratava-se de possibilidades reais, uma vez que o capital é a contradição em processo; é-lhe inerente a força que o leva a pôr e repor, de forma renovada, as condições sociais e materiais de sua valorização. Esse impulso imanente o leva a superar a cooperação simples, forma menos desenvolvida de produção de mercadorias, substituindo-a pela manufatura e esta pela grande indústria, a qual expressa o estágio de desenvolvimento do capitalismo analisado em *O Capital*. Nela, o processo de trabalho se transforma em processo de produção, uma vez que o trabalho deixa de ser sua unidade dominante.³ Noutras palavras, a produção dos valores de troca não depende mais da destreza e

² Idem, *Ibidem.*, p. 228.

³ Comparando o processo de trabalho na grande Indústria com o da manufatura, que lhe antecede na sucessão histórica das formas de produção de mercadorias, Marx observa que, no sistema articulado de máquinas, “a atividade do trabalhador, reduzida a uma mera abstração da atividade, é determinada e regulada, em todos os seus aspectos, pelo movimento da maquinaria, e não o contrário. [É] a ciência que obriga os membros inanimados da máquina (...) a operar como um autômato”. Nessas condições, conclui que “o processo de produção deixa de ser processo de trabalho, no sentido de ser controlado pelo trabalho como unidade dominante [como o era na manufatura]”. GRUNDRISSE (1857/58, p. 219).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

habilidade do trabalhador, como acontecia nas formas pretéritas de produção de mercadorias, isto é: na cooperação simples e na manufatura. A grande indústria supera, assim, as limitações físicas do trabalhador como instrumento de produção. Valendo-se do testemunho de Marx, ele afirma que,

como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente das ciências da Natureza. Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material. Na cooperação simples e mesmo na especificada pela divisão do trabalho [manufatura, F.T.], a supressão do trabalhador individual pelo socializado aparece ainda como sendo mais ou menos casual. A maquinaria (...) só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio objeto de trabalho.⁴

Não por menos, em *O Capital*, Marx considerava a grande indústria como a forma de produção de mercadorias mais desenvolvida do capitalismo; por isso, a mais adequada ao processo de valorização do valor. E com razão, pois, nela, a unidade cooperativa do processo de produção repousa na aplicação da técnica e das ciências da natureza.

Mas, o capital tem fome devoradora de trabalho alheio. Sua insaciabilidade o leva a

reduzir o tempo de trabalho ao mínimo, enquanto põe, por outro lado, o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza. Diminui, assim, o tempo de trabalho na forma de tempo de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma de tempo excedente; põe, portanto, em medida crescente, o trabalho excedente como condição – questão de vida ou morte - para o trabalho necessário. Por um lado, conjura todos os poderes da ciência e da natureza, bem como os da cooperação e do intercâmbio social, para fazer com que a criação da riqueza se torne (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, quer medir essas forças sociais gigantescas, assim criadas, pelo tempo de trabalho, e as conter nos limites exigíveis, para que o valor criado se conserve como valor. Para o capital, as forças produtivas e as relações sociais (...) aparecem apenas como meios, e para ele só são meios para produzir a partir de sua base limitada. Na realidade, constituem as condições materiais para fazê-lo explodir.⁵

⁴ MARX, (1988, p. 17).

⁵ GRUNDRISSE, p. 229 (Os grifos são por nossa conta).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Em decorrência do desenvolvimento dessa contradição imanente, o capital cria uma base material na qual

o pilar fundamental da produção e da riqueza não é mais o trabalho imediato executado pelo homem nem o tempo que ele trabalha, mas, sim, a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão da natureza e o domínio da mesma, graça a sua existência como corpo social.⁶

Tais prospecções, realizadas por Marx, não fazem dele um contemporâneo filosófico de uma época sem que tenha sido seu contemporâneo histórico? Tudo indica que sim. Hoje, o processo de produção passou por uma transformação gigantesca, que lembra o mundo antecipado pelos *Grundrisse*, no qual o homem não mais intercala entre si e a natureza inorgânica um objeto artificial, mas, sim, o próprio *logos da natureza*. Com efeito, o desenvolvimento de novas tecnologias vem permitindo a criação de máquinas que são “verdadeiras forças de trabalho intelectual”. Máquinas inteligentes, capazes de serem operadas com extrema facilidade. Na área de aeronavegação, por exemplo, uma pessoa com conhecimento mediano de computação é capaz de fazer pousar um avião supersônico. Afinal, trata-se de uma máquina produzida e programada para navegar praticamente sozinha. Não é de admirar que há quem diga que a escassez parece estar com os seus dias contados. A aplicação da nanotecnologia⁷ à produção estendeu a capacidade de o homem operar até os limites do átomo. Um verdadeiro milagre, que não deixa de ter o seu lado dramático: o fim da economia burguesa. Esta ciência, que fizera da escassez a premissa básica da qual deriva suas leis e conceitos, perde sentido no mundo da nanotecnologia⁸, onde o fantasma da necessidade

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 228.

⁷ SILVA: “a nanotecnologia não é uma tecnologia específica, mas todo um conjunto de técnicas, baseadas na Física, na Química, na Biologia, na ciência e Engenharia de Materiais, e na Computação, que visam estender a capacidade humana de manipular a matéria até os limites do átomo. As aplicações possíveis incluem: aumentar espetacularmente a capacidade de armazenamento e processamento de dados dos computadores; criar novos mecanismos para entrega de medicamentos, mais seguros e menos prejudiciais ao paciente dos que os disponíveis hoje; criar materiais mais leves e mais resistentes do que metais e plásticos, para prédios, automóveis, aviões; e muito mais inovações em desenvolvimento ou que ainda não foram sequer imaginadas. Economia de energia, proteção ao meio ambiente, menor uso de matérias-primas escassas, são possibilidades muito concretas dos desenvolvimentos em nanotecnologia que estão ocorrendo hoje e podem ser antevistos”.

⁸ Para se ter uma ideia da escala em que opera a nanotecnologia “ imagine uma praia começando em Salvador, na Bahia, e indo até Natal, no Rio Grande do Norte. Pegue um grão de areia nesta praia. Pois bem, as dimensões desse grão de areia estão para o comprimento desta praia, como o nanômetro está para o metro. É algo muito

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

prepara-se para bater em retirada. O campo da biogenética passa por transformações semelhantes. Gregor Mandel, a quem se deve as leis gerais da hereditariedade, sentir-se-ia um aluno do jardim da infância diante da revolução por que, hoje, passa a engenharia genética. Na produção de alimentos geneticamente modificados, as grandes corporações produzem desde a semente até o produto final. Para dominarem toda a cadeia de geração de alimentos criaram as sementes suicidas, isto é, sementes que morrem na primeira sementeira, impedindo seu armazenamento para uma nova plantação. Até mesmo uma **língua eletrônica** foi inventada, para detectar sabores que o palato humano não é capaz de sentir⁹. Não é diferente o que acontece com a medicina. O mapeamento do DNA humano permite diagnosticar os genes maus, que provocam enfermidades, e os genes bons, responsáveis por qualidades de vida desejáveis, como longevidade, inteligência, beleza, habilidade para esportes etc. Uma engenhosidade apropriada pelas grandes corporações que, doravante, têm em suas mãos o poder de criar bebês desenhados e seres humanos superiores.

2. COOPERAÇÃO COMPLEXA: FORMA LIMITE DO CAPITAL¹⁰

É quando, então, a substituição de trabalho vivo por trabalho morto atinge os limites de valorização do valor. Nessas condições, o capital não tem outra saída senão a de criar uma nova forma de produção de mercadorias. Diferentemente da grande indústria, essa nova forma de produção de mercadorias não nasce para descerrar novas fronteiras para o desenvolvimento de um novo e longo ciclo de inovações tecnológicas, tal como assim o foi na grande indústria.

difícil de imaginar. Mesmo cientistas que trabalham com átomos todos os dias, precisam de toda sua imaginação e muita prática para se familiarizar com quantidades tão pequenas” [SILVA].

⁹ Segundo SILVA, “no Brasil, a nanotecnologia ainda está começando. Mas, já há resultados importantes. Por exemplo, um grupo de pesquisadores da Embrapa, liderados pelo Dr. L. H. Mattoso, desenvolveu uma "língua eletrônica", um dispositivo que combina sensores químicos de espessura nanométrica, com um sofisticado programa de computador para detectar sabores. A língua eletrônica da Embrapa, que ganhou prêmios e está patenteada, é mais sensível do que a própria língua humana. Ela é um produto nanotecnológico, pois depende para seu funcionamento da capacidade dos cientistas de sintetizar (criar) novos materiais e de organizá-los, camada molecular por camada molecular, em um sensor que reage eletricamente a diferentes produtos químicos. Você pode imaginar alguns usos para uma língua eletrônica? (...) Não é só na Embrapa, entretanto, que se faz nanotecnologia no Brasil. O mesmo acontece nas principais universidades e centros de pesquisa do país” [Idem, Ibidem].

¹⁰ Essa seção foi retirada do meu livro e ligeiramente modificada para esta exposição. Ver TEIXEIRA e FREDERICO, (2008).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Pelo contrário, ela surge para acomodar o desenvolvimento das forças produtivas com as relações capitalistas de produção; sua função, portanto, é a de impedir um colapso do sistema. Se se pode falar assim, nasce para inaugurar um período de acumulação de capital em que não há mais desenvolvimento, isto é: expansão do emprego, criação de novos mercados, incorporação de novas áreas geográficas ao mercado capitalista, etc. Tudo isso já foi desenvolvido pela grande indústria.

Tal peculiaridade faz dessa forma de produção de mercadorias, aqui denominada de cooperação complexa, menos progressiva do que a grande indústria. E não poderia ser diferente, porque opera na fronteira em que a substituição do trabalho vivo por trabalho morto se aproxima do seu limite. Consequentemente, para aumentar a produtividade do trabalho, o capital é obrigado, agora, não só levar às últimas consequências a intensificação do trabalho, como também reduzir os gastos com trabalho improdutivo, trabalho que não agrega valor. Para tanto, o capital passou a reagrupar numa única unidade de produção as diferentes fases do ciclo de acumulação, antes separadas, espacial e temporalmente, pela divisão social do trabalho. Nesse novo contexto, cada unidade de produção opera, simultaneamente, em toda cadeia do valor, isto é, distribui suas massas de capital por todas as fases do processo de produção do valor. Vale dizer: cada unidade de produção realiza o que era próprio do movimento social (global) do capital, na medida em que cada forma de existência do capital é, agora, **partição de um mesmo capital individual**, que se divide, sem perder sua unidade, em capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria. Nesse sentido, a cooperação complexa apresenta-se como uma forma de produção de mercadorias radicalmente diferente da grande indústria, na qual o capital-dinheiro era um negócio particular dos bancos; o capital-produtivo, dos industriais, e o capital-mercadoria, dos comerciantes.

Esse revolucionamento da divisão social do trabalho prolonga-se na organização interna do processo produtivo das empresas. Nesse âmbito, o capital reinventa novas formas de organização e gerenciamento do processo de trabalho para racionalizar e potencializar o consumo produtivo da força de trabalho. É quando ocorre o que a sociologia do trabalho chama de **reestruturação produtiva**. Com seus programas de qualidade total, reengenharia ou produção enxuta, a reestruturação produtiva transforma o trabalhador especializado [e que

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

fora adestrado para desempenhar uma única e mesma tarefa] em um trabalhador coletivo, capaz de realizar a totalidade das operações do processo de trabalho. Vale dizer: ao invés de uma divisão rígida de ocupações, as empresas buscam um trabalhador flexível, que possa executar diferentes tarefas. Assim como as empresas foram levadas a reconstituir, na prática, a unidade das diferentes formas de existência do capital, a reestruturação produtiva, com seus novos métodos e técnicas de contratação e gerenciamento, recompõem a unidade das diferentes fases do processo de trabalho, recriando um novo tipo de **trabalhador coletivo combinado**. Este não mais existe como unidade de diferentes trabalhos, realizados por distintos trabalhadores ligados entre si pelas malhas invisíveis da divisão técnica de ocupações. O novo trabalhador coletivo combinado existe agora na figura de cada trabalhador particular que, ao lado dos demais, encarna e realiza a unidade das diferentes fases do processo produtivo. Noutros termos, cada trabalhador individual é um trabalhador coletivo combinado.

Para realizar essas transformações na organização interna do processo de trabalho, o capital precisa enfrentar a resistência da classe trabalhadora. Noutros termos, o capital vê-se impelido a readequar os elementos subjetivos do processo de trabalho à nova forma de produção de mercadorias. Para tanto, é preciso remover os obstáculos institucionais que anteriormente regulamentavam a compra e venda da força de trabalho. Daí, a ofensiva do capital contra os sindicatos e toda e qualquer legislação de proteção do trabalho. Por isso, o desmonte do *Welfare State*, com seu excesso de regulamentação burocrática e padronizada, tem que entrar na ordem do dia. A liberdade de contratação e de negociação exige o afastamento do Estado; sua ausência como mediador dos conflitos entre capital e trabalho.

Percebe-se, assim, que a cooperação complexa, nascida para superar as contradições impostas pela grande indústria, é um complexo de transformações que exige, antes de tudo, uma *re-posição* da divisão social do trabalho. Uma *re-posição* fundada numa forma de acumulação, na qual a valorização dos capitais privados se realiza como capital geral, como capital industrial, que é unidade das diferentes formas de existência do capital - capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria. Essa re-posição exige, por sua vez, uma reestruturação na organização do processo de trabalho; uma nova divisão técnica do trabalho,

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

consentânea com a lógica que precede e rege a nova divisão social do trabalho. Para isso, o capital precisa gozar da maior liberdade possível, sem a qual não poderá afirmar-se como sujeito fora e dentro do processo de trabalho. Daí, a necessidade de desmantelamento das estruturas do Estado Social. Redivisão social do trabalho, “reestruturação produtiva” e neoliberalismo constituem, portanto, momentos de um todo; determinações de uma forma de produção de mercadorias, que só pode se afirmar, enquanto tal, se essas condições se fizerem presentes.

3. A ERA SENIL DO CAPITALISMO

É nesse contexto que o capitalismo esgota suas possibilidades históricas de desenvolvimento, isto é, de combinar crescimento econômico com reformas sociais, tais como a criação dos direitos trabalhistas, universalização da educação e saúde para amplas camadas da população, geração de empregos, entre outras políticas sociais. Não é sem razão que, em 1978, Roger Dangeville definiu essa nova fase do capitalismo como capitalismo senil, conceito criado por ele e retomado depois por Jorge Beinstein, professor da Universidade de Buenos Aires.

A análise do capitalismo senil de Beinstein é bastante convincente, porque ancorada em fatos de difícil refutação. Em seu artigo “A Crise na Era Senil do Capitalismo...”¹¹, ele apresenta cinco indicadores da decrepitude do capitalismo. O primeiro refere-se à decadência dos Estados Unidos que, segundo ele, resultou

de um largo processo de degradação. A “globalização” desenvolvida desde os anos 1970 implicou um triplo processo: o “aburguesamento” quase completo do planeta (a cultura do capitalismo tornou-se verdadeiramente universal ao derrotar a URSS e integrar a China), a financeirização integral do capitalismo (hegemonia parasitária) e a unipolaridade, instalação do Império norte-americano como poder supremo mundial. Principal consumidor global e área central dos negócios financeiros internacionais, ao que se agrega o fato decisivo da “norteamericanização” da cultura das classes dominantes do mundo. É por isso que o declínio (senilidade) dos Estados Unidos, para além de suas consequências econômicas (ou incluindo suas

¹¹ Artigo publicado originalmente na revista espanhola *El Viejo Topo* e reproduzido pela Agência Carta Maior, com tradução de Katarina Peixoto, 19/02/2009.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

consequências econômicas) constitui o motor da decadência universal do capitalismo.

O segundo indicador de senilidade, continua Beinstein, mostra a

interação entre dois fenômenos: a hipertrofia financeira global e a desaceleração da economia mundial no longo prazo. No início do século XXI, chegamos à financeirização integral do capitalismo. As tramas especulativas impuseram sua “cultura” de curto prazo e depredadora que passou a ser o núcleo central da modernidade. Presenciamos um círculo vicioso; a crise crônica de superprodução iniciada há quatro décadas comprimiu o crescimento econômico desviando excedentes financeiros para a especulação, cujo ascenso operou como um mega-aspirador de fundos retirados do investimento produtivo. Hoje, a massa financeira mundial estaria chegando a um trilhão de dólares (somente as operações com produtos financeiros derivados registrados pelo Banco de Basileia superam os 600 bilhões de dólares).

O terceiro indicador revela a crise energética em que mergulhou o sistema, que se mostrou incapaz de superar a armadilha do esgotamento dos recursos naturais não renováveis. Como assim? Beinstein explica o porquê. Segundo ele,

é importante não esquecer que o capitalismo industrial pôde avançar desde o final do século XVIII porque conseguiu se tornar independente dos recursos energéticos renováveis que o submetiam a seus ritmos de reprodução e impor sua lógica aos recursos não renováveis: o carvão, seguido mais adiante pelo petróleo. Essa proeza depredadora (que nos levou ao desastre atual) foi o pilar decisivo da construção de seu sistema tecnológico articulador de uma complexa e evolutiva rede de procedimentos produtivos, produtos, matérias-primas, hábitos de consumo, etc., ligando o desenvolvimento científico e as estruturas de poder.

Mas isso ainda não é tudo, diz Beinstein:

a crise energética está associada à crise alimentar, às quais deveríamos agregar a crise ambiental para expor um terceiro indicador de senilidade: o bloqueio tecnológico. É útil o conceito de “limite estrutural do sistema tecnológico” definido por Bertrand Gille como o ponto em que o dito sistema é incapaz de aumentar a produção a um ritmo que permita satisfazer necessidades humanas crescentes. Não se trata de necessidades humanas em geral, a-históricas, mas sim de demandas sociais historicamente determinadas. É possível, assim, formular a hipótese de que o sistema tecnológico do capitalismo estaria chegando a seu limite superior para além do qual vai deixando de ser o pilar decisivo do desenvolvimento das forças produtivas para se converter na ponta de lança de sua destruição.

Um quarto indicador de senilidade apontado por Beinstein:

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

é a degradação estatal-militar posta em evidência pelo fracasso da aventura dos falcões norte-americanos, mas que expressa uma realidade global. O estado intervencionista permitiu controlar as crises capitalistas ocorridas desde o início do século XX. Sua ascensão esteve sempre associada ao militarismo, às vezes, de maneira visível e outras, como logo após a Segunda Guerra Mundial, sob disfarce democrático (se observamos a evolução dos Estados Unidos desde os anos 1930 comprovaremos que o “keynesianismo militar” constituiu-se até hoje na espinha dorsal de seu sistema).

Felizmente, o keynesianismo militar não é mais capaz de superar a crise como o fez desde a década de 30 do século passado. Prova disto, diz Beinstein, é o atoleiro militar em que se meteu os Estados Unidos e seus aliados no Iraque e no Afeganistão. Trata-se, segundo ele, de um fenômeno duplo:

por uma parte, a ineficácia técnica desses aparatos militares para ganhar as guerras coloniais; por outra, seu gigantismo parasitário operando como acelerador da crise. O caso norte-americano é exemplar (e sobredeterminante): a hipertrofia bélica aparece como um fator decisivo dos déficits fiscais e da corrupção generalizada do Estado.

Finalmente:

um quinto indicador de senilidade é a crise urbana desatada na era neoliberal e que se agravará exponencialmente ao ritmo da crise atual. Desde o início dos anos 1980, quando a desocupação e o emprego precário nos países centrais se tornaram crônicos e quando a exclusão e a pobreza urbanas se expandiram na periferia, o crescimento das grandes cidades foi cada vez mais o equivalente da involução das condições de vida das maiorias. A decomposição das cidades é claramente visível na periferia, mas não é sua exclusividade. Trata-se de um fenômeno global ainda que seja no mundo subdesenvolvido onde ocorram os primeiros colapsos, expressões mais agudas de uma onda multiforme, irresistível.

4. A CRISE E A SOCIEDADE DO DESEMPREGO

Diante de tudo isso, não há dúvida de que a atual crise não guarda nenhuma semelhança com a de 1929. Hoje, ela abrange todo o Planeta Terra, pois ocorre num momento em que a economia foi mundialmente unificada pelo capital. Além disso, vem acompanhada por uma profunda crise ecológica, que já ultrapassou os limites da terra em 30%. Ou seja, a sustentabilidade entrou em um processo de crise planetária. De mãos dadas com a crise

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

ecológica, vem a crise energética e de alimentos; uma crise sem precedência na história do capitalismo. Para se ter uma idéia da sua dimensão, é bastante lembrar que:

1. Desde 1960, a produção de grãos no mundo aumentou em 3 vezes, ou seja, aumentou mais de 300% em 40 anos. A disponibilidade de alimentos por pessoa aumentou em 24%, ou seja, a oferta de calorias/dia para cada habitante aumentou de 2.360 para 2.803. E a produtividade média da agricultura nesse período aumentou em 150%. A população mundial cresceu 100%, de 3 para 6,2 bilhões.
2. Em 1960, estimava-se que houvesse 80 milhões de pessoas que se alimentavam aquém das necessidades em todo mundo, e, portanto, passavam fome. Em 2006, havia 880 milhões de pessoas passando fome no mundo. Mais de 60% das pessoas que passam fome vivem no meio rural. Cerca de 515 milhões vivem na Ásia, atingindo 24% de toda população local; 186 milhões vivem na África subsaariana onde a fome atinge 34% da população local.
3. Os preços dos principais grãos: trigo, milho, arroz e soja, em média, duplicaram o preço (em dólar) no mercado internacional entre a safra de 2006 até hoje.
4. Até 1960, a maioria dos países era autossuficiente na produção dos alimentos de seus povos, com exceção de países com muitas dificuldades climáticas nas regiões da África. Hoje, 70% de todos os países do hemisfério sul são importadores de alimentos. Neles, 122 países, vivem 4,8 bilhões de pessoas.¹²

Essas estatísticas revelam que o crescimento econômico não se faz mais acompanhar por uma melhoria nas condições materiais de existência da população. Tudo está a indicar que se trata de um processo irreversível. Ninguém melhor do que Celso Furtado para legitimar essa tese. Ao apagar das luzes de sua existência, reconhece que

hoje, mesmo na Europa, não se vê horizonte para uma relativa harmonia baseada no pleno emprego. Para manter o nível de agressividade das economias capitalistas tornou-se necessário abandonar as políticas de emprego. O aumento de produtividade se desassociou de efeitos sociais benéficos. Esta é a maior mutação que vejo nas economias capitalistas contemporâneas (Entrevista concedida ao CORECON de São Paulo).

¹² Essas estatísticas foram extraídas de um trabalho realizado pela Secretaria Nacional de Formação do MST (São Paulo, 5 de maio de 2008)

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Furtado não é uma voz isolada. Juan Somavia, diretor geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), não acredita que o crescimento econômico possa gerar postos de trabalho suficientes para acabar com o desemprego. Segundo ele, em 2004, a taxa de crescimento da economia mundial, que foi da ordem de 5,1%, resultou apenas num aumento de 1,8% no número de pessoas ocupadas. Mas isso ainda não traduz toda questão. Até 2015, argumenta Somavia,

cerca de 400 milhões de pessoas se incorporarão à força de trabalho. Isto quer dizer que mesmo que se consiga um crescimento acelerado do emprego para produzir 40 milhões de postos por ano, a taxa de desemprego baixaria apenas 1% em 10 anos.

No Brasil, as perspectivas para o trabalho são igualmente desanimadoras. Estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o mercado de trabalho no Brasil está encolhendo. Uma pesquisa realizada por essa instituição, junto à indústria automotiva, revela que nos anos 80, para uma capacidade de produção de um milhão e quinhentos mil veículos, este setor empregava 140 mil trabalhadores. Hoje, para uma capacidade de produção de três milhões de veículos, as montadoras empregam apenas 90 mil trabalhadores.

Contra esse estado de coisas, de nada vale fazer exigências morais aos donos do capital; pedir-lhes para que privilegiem o emprego em vez de substituí-lo por maquinaria. Esperança vã! Pouco importa que sejam bons cristãos, cidadãos exemplares, membros da sociedade protetora dos animais, até mesmo exalarem odor de santidade, como diria Marx; não, não adianta mesmo, pois em matéria de dinheiro não há boa vontade. Bem mais fácil do que tentar convertê-los em homens de boa vontade, seria pregar, com sucesso, o catecismo no inferno. Aí, talvez, algumas almas arrependidas voltassem ao mundo para praticar o bem.

Ora, a alma do capitalista é a alma do capital. Como seu representante, é obrigado a agir de acordo com a racionalidade do capital. E esta é a contradição em processo, no sentido de que tende a reduzir ao mínimo o número de trabalhadores empregados, para poder aumentar a exploração, isto é: extrair uma massa maior de mais-valia. Noutras palavras, para fazer o trabalhador gerar uma quantidade maior de mais-valor, o capital precisa elevar produtividade do trabalho, e só pode fazê-lo introduzindo tecnologias poupadoras de mão-de-

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

obra. Por essa razão, a partir de determinada fase do desenvolvimento do capitalismo, o crescimento econômico se faz acompanhar por um aumento absoluto do desemprego.

5. CONCLUSÃO

Para Marx, a verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital, uma vez que a finalidade da produção é a produção para o capital. Capital é dinheiro que se transforma em mais dinheiro; e só dentro desse movimento, sempre renovado, o dinheiro pode se transformar em capital; sem a repetição constante desse movimento, o dinheiro se petrifica e, portanto, não pode valorizar-se como capital. Por isso, o movimento do capital é insaciável.

Essa insaciabilidade do capital o leva a criar, recorrentemente, uma produção maior do que a capacidade de digestão do mercado. Resultado: o movimento de autovalorização do valor é interrompido e só volta a se normalizar depois da destruição massiva das forças produtivas; depois de uma “limpeza” do mercado, eliminando as unidades de produção não competitivas. Abre-se, então, um novo ciclo de prosperidade até que, de novo, o excesso de produção ultrapasse a capacidade de realização do mercado. Assim, como diria Marx, a produção capitalista cria barreiras à sua própria expansão e, constantemente, procura superá-las, mas só as supera por meios que lhe antepõem novamente essas barreiras e em escala mais poderosa.

Nesse sentido, pode-se definir as crises capitalistas como uma destruição criadora, na medida em que abrem caminhos para um novo período de acumulação, que exige o desenvolvimento de novas forças produtivas, mais sofisticadas e avançadas do que as do período pré-crise. Assim, foi a dinâmica do capitalismo até meados da década de 70, do século passado. Desde a Segunda Grande Guerra Mundial, as crises capitalistas perderam sua função de destruir, isto é, de retirar do mercado os capitais menos rentáveis, graças a intervenção do Estado que impede a falência de grande parte dos capitais não competitivos, como mostra Mandel em seu livro *A Crise do Capital*, publicado pela editora Ensaio, em 1990.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Não foi somente a intervenção estatal que retirou das crises sua função de saneamento do mercado. A própria natureza da expansão predatória do capital está, agora, criando uma crise de superprodução planetária de valor, na medida em que vários países da periferia capitalista tornaram-se grandes potências econômicas (como a China, a Rússia, o Brasil e a Índia), e não mais áreas virgens para a exploração e escoamento da produção do centro capitalista, como foi até pouco tempo. É o que previam Marx e Engels no *Manifesto Comunista*. Anteciparam, em 1848, o que hoje tornou-se realidade, isto é: uma crise planetária do capital cada vez mais difícil de ser superada dentro dos marcos da sociedade capitalista. Com efeito, diziam, então, que

a sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer outra época pareceria um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea; como se a fome ou uma guerra de extermínio houvessem lhe cortado todos os meios de subsistência; o comércio e a indústria parecem aniquilados. E por quê? Porque a sociedade possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõem não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para essas condições, passam a ser tolhidas por elas; e assim que se libertam desses entraves, lançam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; e de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios para evitá-las.¹³

REFERÊNCIAS

¹³ Manifesto Comunista. op. cit. P. 45.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

ARISTÓTELES. **A política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1977.

BEINSTEIN, Jorge. **A crise na era senil do capitalismo**. In: El Viejo Topo, Porto Alegre, 19 fev. 2009.

MARX, Karl. Grundrisse. **Elementos fundamentais para la crítica da economia política**: borrador 1857-1858. México: Siglo Veintiuno, 1987. Vol. 2.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Livro III, Vol. V.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, Cylon Gonçalves da. **O que é nanotecnologia**. Disponível em:
<www.comciencia.br>.

TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008.